



TERMO DE REFERÊNCIA – 2024

Órgão demandante: Secretaria Municipal de Saúde

1.OBJETO:

Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviço de Consulta Médica Em Atenção especializada (diversas especialidades médicas), na modalidade presencial, na caracterização de Credenciamento, como procedimento auxiliar das contratações e licitações regidas pela Lei 14.133 de 2021, em seus artigos 78 e 79:

1.1 Da vigência do contrato

- A vigência do contrato será de 12 (doze meses a contar da assinatura).

- O credenciamento estará disponível enquanto vigência do Edital que o regulamenta, até disposição em contrário, a ser determinada pela autoridade competente.

1.2. Da prorrogação do contrato

Os contratos oriundos de credenciamento podem ser prorrogados por uma vez igual período estando de acordo as partes interessadas.

- A revogação do Edital de Credenciamento dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

Os procedimentos, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar correspondente (Chamada publica 004/2024).

O objeto deste credenciamento, está compreendida entre todas as faixas etárias para a realização dos procedimentos, a depender da especialidade médica, especificadas na tabela abaixo.

- Este credenciamento consiste em instrumento administrativo de chamamento público, de pessoas físicas ou jurídicas, processado por edital, interessadas em participar, de forma complementar do Sistema Único de Saúde da Paraíba, em municipal (art. 24 da Lei 8080/1990), prestadoras de serviços de saúde descritos na tabela abaixo.

tabela DATASUS/SIGTAP

1.3. Dos quantitativos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CODIGO SUS	UNID	VLR SUS	CONTRAPA RTIDA DO MUNICÍPIO	VLR CONSULTA	QTD	P. TOTAL
1	Cardiologista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	122,00	132,00	300	39.600,00
2	Neurologista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	121,33	131,33	300	39.399,00
3	Psiquiatra	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	123,38	133,38	300	40.014,00
4	Otorrinolaringologista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	125,25	135,25	300	40.575,00
5	Ortopedista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	120,00	130,00	300	39.000,00
6	Dermatologista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	120,38	130,38	300	39.114,00
7	Pneumologista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	116,91	126,91	300	38.073,00
8	Nefrologista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	114,05	124,05	300	37.215,00
9	Ginecologista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	117,95	127,95	300	35.385,00
10	Endocrinologista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	120,00	130,00	300	39.000,00
11	Urologista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	121,25	131,25	300	39.375,00
12	Oftalmologista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	120,00	130,00	300	36.000,00
13	Mastologista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	117,41	127,41	300	38.223,00
14	Gastroenterologista	03.01.01.007-2	Consulta	10,00	120,00	130,00	300	39.000,00
VALOR GLOBAL								539.973,00

2.0. FUNDAMETAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A secretaria de saúde do Município de Marizópolis - PB, em face da necessidade de contratação de médico para a prestação dos serviços médicos especializados para atendimento aos usuários do SUS através da contratação de profissionais médicos pela secretaria de saúde do município, justifica a abertura do presente procedimento administrativo, com o intuito de proporcionar melhorias nos serviços prestados no Município de Marizópolis-PB. Considerando a lei nº13.019, de 31 de julho de 2014 que estabelece sobre as normas para procedimentos auxiliares e Decreto do Estado da Paraíba, nº 38.073 de 07 de fevereiro de 2018.

3.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de serviços médicos especializados por meio de chamada pública pode ser uma solução eficiente para garantir acesso à saúde de qualidade, transparência e economicidade. A seguir, apresento uma proposta de solução que abrange os principais aspectos desse processo:



- Realizar um diagnóstico das demandas de serviços médicos especializados na comunidade ou região, identificando áreas críticas e tipos de especialidades mais requeridas.
- Estabelecer um orçamento para a contratação, levando em consideração a viabilidade financeira e a sustentabilidade do projeto.
- Definir critérios claros para a seleção de empresas e profissionais, incluindo experiência, qualificação técnica, estrutura e capacidade de atendimento.
- Estabelecer se a contratação será por meio de prestação de serviços, convênios ou parcerias público-privadas
- Garantir que o edital seja acessível a todos os interessados e que as informações sejam divulgadas amplamente para incentivar a participação.
- Publicar o edital em meios oficiais e de ampla circulação para maximizar a visibilidade
- Definir um período adequado para que as empresas e profissionais possam se inscrever, promovendo um ambiente competitivo.
- Avaliar as propostas recebidas de acordo com os critérios estabelecidos. Essa análise deve ser realizada por uma comissão técnica imparcial.

4.0. Dos Requisitos da Contratação”.

4.1 Os requisitos para a contratação de serviços públicos de acordo com a Lei 14.133/2021 incluem uma série de diretrizes que visam garantir a legalidade, transparência e eficiência nas contratações. Aqui estão os principais requisitos:

- **Para Pessoa Física:**

- Registro no conselho de classe (CRM).
- Comprovação de especialidade.
- Certificados de cursos de atualização.
- Apresentação de documentos que comprovem a capacidade técnica e operacional, como contratos anteriores, atestados de capacidade técnica, e outros.
- Declarações de não ter sido penalizado, de estar regular com as exigências legais, e de que atende a todos os requisitos do edital.
- Os profissionais que realizarão os procedimentos, objeto desse credenciamento, precisam estar com cadastro atualizado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). E deverão comprovar os registros junto aos conselhos de fiscalização profissional competente (CRM estadual)

- **Para Pessoa Jurídica:**

- Registro da empresa na Junta Comercial.
- Alvará de funcionamento.
- Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.
- Registro no conselho de classe (CRM).
- Comprovação de especialidade.
- Certificados de cursos de atualização.
- Cadastro de CNPJ
- Comprovação de regularidade com as obrigações fiscais (federal, estadual e municipal) e trabalhistas, através de documentos como Certidão Negativa de Débito (CND).
- Apresentação de documentos que comprovem a capacidade técnica e operacional, como contratos anteriores, atestados de capacidade técnica, e outros.
- Declarações de não ter sido penalizado, de estar regular com as exigências legais, e de que atende a todos os requisitos do edital.
- Os profissionais que realizarão os procedimentos, objeto desse credenciamento, precisam estar com cadastro atualizado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). E deverão comprovar os registros junto aos conselhos de fiscalização profissional competente (CRM estadual)

5.0. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação de serviços médicos especializados é um procedimento essencial para garantir a saúde e o bem-estar da população. Em face da crescente demanda por atendimentos em diversas especialidades médicas, torna-se imperativa a adoção de mecanismos que assegurem a prestação desses serviços com qualidade e eficiência. A utilização de chamada pública para a contratação de pessoa física ou jurídica especializada fundamentada na lei federal 14.133 e no decreto municipal nº 011 de 30 de janeiro de 2024 se justifica por vários fatores que serão expostos a seguir.

Necessidade de especialização, a complexidade dos casos que chegam aos serviços de saúde demanda



profissionais com formação e experiência específicas. A contratação de serviços médico especializado por meio de chamada pública visa assegurar que os profissionais envolvidos possuam as competências necessárias para atender a população de forma adequada, garantindo diagnósticos precisos e tratamentos eficazes.

O aumento da população e a ampliação das condições de saúde têm gerado um aumento significativo na demanda por serviços médicos. A chamada pública permite que as instituições de saúde tenham acesso a um número maior de profissionais e organizações que podem oferecer esses serviços, contribuindo para a redução das filas de espera e melhorando o acesso à saúde.

A chamada pública é um instrumento que promove a transparência no processo de contratação, permitindo que todos os interessados tenham a oportunidade de participar e apresentar suas propostas. Isso não apenas estimula a concorrência, mas também garante que a escolha dos prestadores de serviço seja feita de maneira justa e imparcial, atendendo ao interesse público.

A contratação de serviços médicos especializados por meio de chamada pública possibilita uma melhor gestão dos recursos financeiros disponíveis, uma vez que permite a seleção de propostas que apresentem o melhor custo-benefício. Essa prática é essencial para a sustentabilidade do sistema de saúde, especialmente em tempos de restrições orçamentárias.

A chamada pública proporciona maior agilidade na contratação de serviços médicos, permitindo que as instituições possam responder rapidamente a situações de emergência ou a demandas inesperadas. Essa flexibilidade é fundamental para a manutenção da qualidade no atendimento à saúde da população.

A utilização da modalidade chamada pública é respaldada pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. Em seu artigo 37, a Constituição Federal preconiza que a Administração Pública deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A chamada pública assegura que todos os interessados tenham acesso às informações sobre a oportunidade, promovendo a transparência.

Competitividade: essa modalidade permite que diversas instituições ou profissionais apresentem suas propostas, garantindo que a Administração escolha a melhor opção disponível.

Além da Lei de Licitações, o setor de saúde é regido por normas específicas, como a Lei nº 8080/1990 e a Lei nº 8213/1991, que tratam da organização e do funcionamento do SUS (Sistema Único de Saúde). Essas leis reforçam a necessidade de contratar serviços especializados para garantir a qualidade e a eficiência na prestação de serviços de saúde à população.

A contratação de serviços médicos especializados por meio de chamada pública visa assegurar que somente profissionais e instituições com a formação e a experiência adequadas sejam selecionados, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

- A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópicos específicos neste termo e no Estudo Técnico Preliminar correspondente (ETP/CHAMADAPUBLICA 003/2024) conforme a lei federal 14.133 e o decreto municipal nº11 de Janeiro de 2024

- Os critérios de sustentabilidade, eventualmente inseridos na descrição do objeto, estão elencados no Estudo Técnico Preliminar correspondente (NRA/SRSSM 011/2024).

Da Exigência de Amostras

- Não haverá exigências de amostras do (s) interessado (s) na participação deste credenciamento. O credenciamento em questão seguirá os requisitos de obrigações da contratada, das habilitações técnicas e exigências legais descritas no Estudo Técnico Preliminar (NRA/SRSSM 011/2024) e Edital de Credenciamento correspondente.

Da Subcontratação

- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da Garantia de Execução Contratual

- A contratação conta com garantia de execução contratual, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

- O contratado apresentará, no prazo máximo de 30 dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado do início vigência do contrato, comprovante de prestação de garantia, quando optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

- Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, e por 30 dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

- A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

- Será permitida a substituição da apólice de seguro garantia na data de renovação ou de aniversário, desde



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Marizópolis
Secretaria de Saúde

que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 5.10 deste TR.

- Na hipótese de suspensão do contrato, por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

- A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

- A modalidade segura garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

- A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, aberta pela contratante, com correção monetária.

- Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

- No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

- No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

- Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

- O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

- O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

- Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

- Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

- A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

- O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

- O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

6.0.DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Das Condições de Entrega

- A prestação dos serviços, objeto dessa aquisição por credenciamento, dar-se-á por meio da efetiva realização do procedimento, na unidade de execução da contratante, que ocorrerá de acordo com agendamento realizado pelo setor de Regulação do Acesso da Secretaria de Saúde de Marizópolis, segundo cronograma e planejamento realizado entre as partes, após a assinatura do contrato e publicação no TCE, DIO PB ou DIO do município. Estima-se o prazo de 10 (dias) para início da execução dos serviços pela Contratada, após a publicação do Resumo do Contrato no DIO PB.

- Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões despectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

- Os serviços contratados que deverão ser realizados na sede da contratante no seguinte endereço Policlínica municipal de Saúde de Marizópolis, rua Dr. Otávio Mariz S/N centro – CEP: 29.936-600, setor responsável pelo planejamento das agendas com o prestador de serviço contratado. A execução dos serviços será realizada na unidade definida pela contratada para os atendimentos presenciais, cumprindo todas as orientações descritas, em todos os itens que compõem o ETP correspondente (CHAMADA PUPUBLICA 003/2024): “*Dos Requisitos Técnicos da Contratação*”.



Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

- O Contratado deverá ter meios para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e ambiente necessários para a realização dos procedimentos, sem nenhum ônus para a Contratante.
- O Contratado deverá notificar à contratante, de modo imediato, quaisquer eventualidades de manutenção e substituição dos equipamentos de realização dos procedimentos contratados, bem como problemas de ambiente, devendo realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito sem prejuízos na prestação de serviços.
- Os custos referentes aos reparos e à manutenção dos equipamentos serão de responsabilidade da Contratada.

7.0.DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- O contrato deverá ser executado, fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- Além do disposto acima, a gestão e fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- A Superintendência Regional de Saúde de Marizópolis, na pessoa do Ordenador de despesas, designará formalmente o servidor e/ou comissão responsável pelo acompanhamento, fiscalização e monitoramento da execução do objeto da contratação. O servidor responsável pela fiscalização dos serviços deverá atestar a prestação dos mesmos, dando "atesto" na Nota Fiscal até o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a sua entrega no setor de Regulação do Acesso da Secretaria de Saúde de Marizópolis;
- O servidor/comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na execução dos serviços, tendo a contratada o prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos para se manifestar e/ou apresentar as correções necessárias ao recebimento do objeto, podendo o prazo ser prorrogado à critério da administração;
- Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução do contrato, será lavrado Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas constatadas, ficando a Contratada obrigada a reparar, corrigir, substituir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
- Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a contratada será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente ao serviço realizado;
- A contratada deverá manter acesso permanentemente livre às dependências onde estiver instalada, bem como seus arquivos e controle referente à execução do contrato, para os servidores responsáveis pela fiscalização e qualquer outro representante o Estado;
- Ocorrendo o descumprimento de quaisquer dos aspectos previstos nas condições de pagamento ou das obrigações e vedações previstas no contrato, a Contratada será notificada para adequação no prazo determinado pela Superintendência Regional de Saúde de São Mateus;
- Nos casos em que a Contratada deixar de realizar as adequações no prazo estipulado e que tais adequações interfiram na segurança do paciente ou de seu acolhimento e cuidado, bem como no descumprimento de normas relativas à violação de direitos humanos, os novos encaminhamentos poderão ser suspensos cautelarmente diante justificativa, até que se proceda a sua correção;
- A notificação da Contratada e a suspensão do envio de novos pacientes não dispensam aberturas de processo administrativo e a aplicação das sanções contratuais previstas.
- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor e fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto federal nº 11.878 de 09 de janeiro de 2024 e demais condições previstas para a contratação.

8.0.DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O contratante pagará à contratada pelos procedimentos elencados na tabela do item 1.3 deste Termo de Referência, os valores determinados pela Tabela Unificada de Procedimentos do SUS do Ministério da Saúde e Tabela SUS .



Os preços estipulados são fixos e irremovíveis, exceto quando houver alterações da tabela elaborada pelo Ministério da Saúde – SUS, que importem em alterações do aporte de recursos financeiros da União em favor do Estado, especificamente para esse fim.

Do Recebimento

- Os serviços serão recebidos, provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado (serviço prestado no mês de referência), em especial do quantitativo tipo de procedimento e demais informações constantes na nota fiscal.

- Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser revistos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5- Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, solicitará ao Contratado, por escrito, as respectivas correções.

8.5.1- Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do material recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de 02 (dois) dias.

- O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da manifestação do fiscal prevista no item 7.4.2, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante relatório detalhado.

8.6- Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 02 (dois) dias úteis.

- O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que cabe à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

- O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

Da Nota Fiscal

- Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;

- a data da emissão;

- os dados do contrato e do órgão contratante;

- o período respectivo de execução do contrato;

- o valor a pagar; e

- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

- A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

- Além disso, para fins de pagamento e faturamento dos serviços executados, o Contratado deverá apresentar junto à nota fiscal e certidões de regularidade fiscal, os seguintes documentos:

8.15- Comprovante de agendamento, com senha de atendimento, do Sistema de Regulação Ambulatorial;

8.15.1- Relação dos pacientes atendidos com quantidade, valores e descrição do procedimento realizado;

8.15.2- Solicitação Médica ou BPA específica com a indicação clínica de encaminhamento para realização da consulta especializada.

- O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460- R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.



Das Condições de Habilitação no Curso da Execução Contratual

- A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.
- Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.
- Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.
- Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.
- Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.
- Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

Do Prazo de Pagamento

- O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal.
- Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.
- Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

VM = VF X

Onde:

1	ND
2	X
	360

<hr/>
1
0
0



VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso. ND = Número de dias em atraso.

- Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.
- A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 13.041/2024
- Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

Da Forma de Pagamento

- O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.0.DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Da Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

- O fornecedor será selecionado segundo critérios estabelecidos em edital de credenciamento correspondente.
- O descumprimento de quaisquer condições previstas nos critérios do edital correspondente, bem como da lei Federal nº 14.133/21, Lei Federal 8080/90 e Lei ensejará o descredenciamento da entidade e a rescisão do contrato.
- A instituição poderá requerer seu descredenciamento, por meio de declaração apresentada à SESA – Secretaria de Saúde de Marizópolis /PB, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
- A SMS - Secretaria de Saúde de Marizópolis /PB poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos credenciados, mas garantindo-lhes o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.
- A rescisão da contratação poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/21, no que couberem com aplicação do artigo 139 da mesma Lei, se for o caso.

Da Forma de Fornecimento

- O fornecimento do objeto será continuado para que não haja interrupção nas agendas de prestação de serviço de saúde e haja continuidade no atendimento às demandas de exames ambulatoriais ofertados pelo setor de Regulação do Acesso da Secretaria de Saúde.
- A justificativa para adoção da referida forma é conveniente, visto que serão necessárias entregas periódicas, conforme demanda, para evitar a formação de fila expectante com tempo médio de espera inadequado.
- Pela natureza do objeto não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, cuja demanda depende da necessidade de cada unidade/profissional solicitante através dos atendimentos realizados à população e sua condição de saúde, previsão que não é possível ser feita com muita antecedência.

Das Exigências de Habilitação

- Os documentos necessários ao credenciamento deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o credenciamento, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no edital correspondente.
- Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da instituição interessada no credenciamento a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto do credenciamento em questão.
- Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
 - Da Habilitação jurídica



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Marizópolis
Secretaria de Saúde

- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
 - Ato de autorização para o exercício da atividade de compatível com o objeto deste credenciamento, amparado pela respectiva legislação pertinente.
 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- Da Habilitação fiscal, social e trabalhista
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro, conforme o caso;
 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado da Paraíba, quando a sede não for deste Estado).
 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.
 - Alvará de localização municipal.
 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da contratada, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.
 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:
 - A contratada deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.
 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.
 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a contratada poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Marizópolis
Secretaria de Saúde

extinção ou suspensão do crédito tributário, respetivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

- Na hipótese descrita no inciso anterior, a contratada terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

- O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela contratada a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

9.11.2.11.7- A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as contratadas remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

– A Administração cuidará de extrair no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Estado da Paraíba – SIGEFPB a devida certidão de regularidade, bem assim de confirmar a autenticidade das certidões emitidas pela internet.

– Da Qualificação Económico-financeira

- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do contratada, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta económica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011- Segunda Câmara;

- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE\ (AC) + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO\ (RLP)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC) + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE\ (PNC)}$

$ISG = ATIVO\ TOTAL\ (AT)$

$\frac{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC) + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE\ (PNC)}$

$ILC = ATIVO\ CIRCULANTE\ (AC)$

$\frac{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC)}$



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Marizópolis
Secretaria de Saúde

- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- Caso a empresa contratada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).
- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

– Da Qualificação Técnica

– DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:

- Cadastro do CNPJ junto ao CNAI – Classificação Nacional de Atividade Econômica, no serviço necessário para o desenvolvimento do objeto deste Termo de credenciamento;
- Comprovação de registro dos profissionais médicos no Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo – CRM/PB;
- Os profissionais médicos deverão comprovar Residência Médica na especialidade reconhecida pelo MEC ou Título de especialista expedido pela AMB, acrescido de registro no Conselho Regional de Medicina (RQE), para a execução do objeto a ser credenciado/contratado;
- Comprovação de que a instituição interessada no credenciamento prestou, sem restrição, serviço de características semelhantes ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos (art. 67, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021), considerando-se as parcelas de maior relevância técnica e financeira e quantitativos mínimos a seguir definidos.
- A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da instituição, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Conselho competente.

Deverão constar no(s) atestado(s) de capacidade técnica ou CAT os seguintes dados: nome do CONTRATANTE e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos definidos neste Edital; e informação sobre o bom desempenho dos serviços.

- Havendo exigência legal, os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes da licitante, que possuam habilitação no correspondente Conselho profissional.
- No caso de comprovação da capacidade técnico-operacional por meio de Certidão de Acervo Técnico - CAT, deverá estar expresso em referido documento que o profissional que a detém estava à época da execução da obra/serviço vinculado à licitante, na forma deste edital.
- Poderão ser aceitos atestados parciais, referentes a serviços em andamento, desde que o atestado indique expressamente a conclusão da parcela a ser comprovada, para fins de capacidade técnico-operacional.
- O participante do credenciamento deverá comprovar sua experiência anterior na execução de todos os serviços discriminados.
- Será admitido o somatório de atestados, seja para comprovação da experiência anterior do participante do credenciamento na execução de todos os serviços discriminados, seja para o atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles.

9.11.4.1.12- Será necessário apresentar Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) da proponente, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual (conforme a Lei Estadual nº 6.066/99, art. 40, ou correspondente normatização da sede da proponente).

9.11.4.1.13 – Por ser contratação de serviços de saúde, a Contratada deverá possuir cadastro atualizado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), com profissionais executantes do serviço devidamente cadastrados e o CBO compatível com a especialidade contratada.

– DA CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

- Comprovação de que o participante do credenciamento possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Medicina e que seja detentor de no mínimo 1 (um) Atestado de responsabilidade técnica ou Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da licitação.
- Deverão constar no(s) atestado(s) de capacidade técnica os seguintes dados: nome do CONTRATANTE e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos definidos neste Edital; e informação sobre o bom desempenho dos serviços.
- Havendo exigência legal, os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes da participante do credenciamento, que possuam habilitação no correspondente Conselho profissional.



- As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-profissional da participante do credenciamento, consideradas a (s) parcela (s) de maior relevância e valor significativo, são para serviço Consultas Médicas de Atenção Especializada na especialidade correspondente.
 - O referido profissional poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente da empresa participante do credenciamento, na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo comprovar, obrigatoriamente, sua vinculação com a participante do credenciamento, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.
 - O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo participante do credenciamento deverá especificar sua vinculação à execução integral da /serviço objeto desta licitação.
 - O profissional indicado pelo participante do credenciamento para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.
 - Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados.
- DA JUSTIFICATIVA DOS REQUISITOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- Tratam-se de serviços essenciais para suporte diagnóstico e terapêutico para a atenção à saúde de qualidade e de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema único de Saúde (SUS).
- Primar pela qualidade técnica na prestação do serviço permite aos usuários demandadores do SUS para o procedimento, uma atenção e cuidado mais resolutivo e adequado às suas necessidades.
- Por isso, justificam – se os requisitos apontados neste termo quanto à capacidade técnica operacional e capacidade técnica profissional, bem como todas as obrigações e responsabilidades da Contratada apontadas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar correspondentes.

- DAS CONDIÇÕES DO ESTABELECIMENTO

- A CREDENCIADA apresentará relação detalhada dos recursos humanos e da infraestrutura do estabelecimento, conforme requisitos preconizados pela RESOLUÇÃO-RDC Nº 63, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde; ABNT – NRB 15.943, de 28 de abril de 2011, que define diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde.
- DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988 Declaração de que inexistente, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854, de 27/10/99), conforme modelo em anexo.

- DA DECLARAÇÃO DE QUE OS DIRIGENTES NÃO POSSUEM CARGO OU FUNÇÃO NO SUS.

- Declaração de que a Empresa não possui, em seu quadro societário, servidor público do Estado do Espírito Santo, e que atende, plenamente, o que estabelece o inciso I, do artigo 9º, da Lei nº 14.133/2021; o § 4º, do artigo 26, da Lei nº 8.080/90; o inciso XIX, do artigo 221, da Lei Complementar nº 46/94 e o artigo 35, da Constituição do Estado do Espírito Santo.

10.0.DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 - O custo estimado total desta contratação por credenciamento é de R\$539.973,00 (quinhentos e trinta nove mil novecentos e setenta e três reais), para os 12 meses., conforme custos unitários previstos no item 1.1. deste Termo e no Estudo Técnico Preliminar.

11.0. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.
- A contratação será atendida pela seguinte dotação:
.110 SECRETARIA DE SAUDE
a)02.150 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – FMS de Marizópolis– PB;
b) Fontes de Recursos: 16010000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal
c)15001002 Recursos não Vinculados de Impostos – Saúde
d)10 122 0070 2040 MANUTENÇÃO DA DIV DE MARCAÇÃO DE CONSULTAS
e)10 122 0070 2039 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE



- A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária despectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.
- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - Não enviar a proposta adequada à última oferta realizada ou após a negociação.
 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - Deixar de apresentar amostra.
 - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- Fraudar a licitação;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;
 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

12.2. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

- Multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;
- Impedimento de licitar e contratar; e
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Edital de Credenciamento, no Termo de Referência NRA/SRRSM 010/2024 e no Termo de Contrato quanto ao procedimento e outras condições.

12.3. As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estarão previstas no Edital, no Termo de Referência e no Termo de Contrato.

Marizópolis, 09 de agosto de 2024.

RODRIGO RODOLFO DE MELO
Secretário de Saúde

